



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**PROJETO DE LEI Nº014/2021**

“Dispõe sobre a modificação e regulamentação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, nos termos da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 em consonância do que trata o art. 212-A da Constituição Federal”

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, aprovou e eu, KARIME FAYAD, Prefeita do Município, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, artigo 33 e seguintes, em consonância do que trata o art. 212-A da Constituição Federal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e de natureza contábil, nos termos da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 em consonância do que trata o art. 212-A da Constituição Federal, no âmbito do Município de Rio Branco do Sul.

**Art. 2º** O Fundo se destina à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação.



## **CAPÍTULO II**

### **DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E DE CONTROLE SOCIAL**

**Art. 3º** O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo será exercido por conselho instituído especificamente para esse fim.

**§ 1º** O Conselho poderá, sempre que julgar conveniente:

**I** - Apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

**II** - Convocar, por decisão da maioria de seus membros, o(a) Secretário(a) Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

**III** - Requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

- a) Licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;
- b) Folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;
- c) Convênios com as instituições a que se refere o art. 7º da Lei Federal nº 14.113/20;
- d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**IV** - Realizar visitas para verificar, *in loco*, entre outras questões pertinentes:

- a) O desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;
- b) A adequação do serviço de transporte escolar;
- c) A utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

**§ 2º** ao conselho incumbe, ainda:

**I** - Elaborar parecer das prestações de contas a que se refere o parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113/20;

**II** - Supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

**III** - Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE;

**§ 3º** O Conselho atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

**§ 4º** O Conselho não contará com estrutura administrativa própria, e incumbirá ao Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à sua criação e composição.

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é constituído por 14 (quatorze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

**I - 2** (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

**II - 1** (um) representante dos professores da educação básica pública;

**III - 1** (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

**IV - 1** (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

**V - 2** (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

**VI - 2** (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

**VII - 1** (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);

**VIII - 1** (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

**IX - 2** (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

**X - 1** (um) representante das escolas do campo;



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**§ 1º** Os membros dos conselhos previstos neste artigo 4º, observados os impedimentos dispostos no § 4º deste artigo, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

**I** - Os membros de que trata o inciso I deste artigo serão indicados pelo Poder Executivo Municipal;

**II** - Os membros de que tratam os incisos III, V, VI e X deste artigo serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos de âmbito municipal, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares;

**III** - Os membros de que tratam os incisos II e IV deste artigo serão indicados pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

**IV** - Os membros de que tratam os incisos VII e VIII deste artigo serão indicados pelos respectivos pares;

**V** - Os membros de que tratam o inciso IX, será dotado em processo eletivo com ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo Conselho ou como contratadas da Administração Municipal a título oneroso;

**§ 2º** As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

**I** - São pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

**II** - Desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

**III** - Devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

**IV** - Desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**V** - Não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

**§ 3º** Os conselheiros de que trata o *caput* deste artigo deverão guardar vínculo formal com o os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 2º e § 3º.

**§ 4º** São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

**I** - O(A) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a) e Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau;

**II** - Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes, consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

**III** - Estudantes que não sejam emancipados;

**IV** - Pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) Prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

**§5º** O Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 4º, inciso I desta Lei.

**§6º** A atuação dos membros Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**I** - Não é remunerada;

**II** - É considerada atividade de relevante interesse social;

**III** - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

**IV** - Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) Exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) Atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do Conselho;

c) Afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

**V** - Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

**§ 7º** Para cada membro titular deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato, na hipótese:

**I** - Em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente;



**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**II** - Em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho.

**§ 8º** O mandato dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo, exceto o primeiro mandato dos conselheiros, que extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2022.

**§ 9º** Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho com direito a voz.

**§ 10.** O Município disponibilizará em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, incluídos:

- I** - Nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;
- II** - Correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;
- III** - Atas de reuniões;
- IV** - Relatórios e pareceres;
- V** - Outros documentos produzidos pelo Conselho.

**§ 11.** O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB reunir-se-á no mínimo, trimestralmente ou por convocação de seu Presidente.





**RIO BRANCO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 5º** Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

**Art. 6º** As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

**Art. 7º** No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

**Art. 8º** A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

**Art. 9º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente a Lei nº 781/2007 e demais disposições em contrário.

**KARIME FAYAD**

Prefeita Municipal